



CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA O RESGASTE DA CIDADANIA

Daisy de Araújo Vilela¹, Ana Lúcia Rezende Souza², Isadora Prado de Araújo Vilela³, Juliana Alves Ferreira⁴, Marina Prado de Araújo Vilela⁵, Renata Machado de Assis⁶

¹ UFG/Regional Jataí / daisyaraujovilela@gmail.com

² UFG/ Regional Jataí / alrezendes@gmail.com

³ FUNORTE/ isadorapradovilela@gmail.com

⁴ Fisioterapeuta da instituição/ julitalves@gmail.com

⁵ UNIEVANGELICA/ marinaaraujovilela@hotmail.com

⁶ UFG Regional Jataí/ renatafef@hotmail.com

Resumo:

A extensão universitária possibilita a formação do profissional cidadão, e se credencia como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. Compõe um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao ensino e à pesquisa, viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a comunidade, buscando incentivar a relevância social, econômica e política dos problemas abordados. Com objetivo de descortinar novos horizontes, o projeto propõe levar aos alunos de ensino médio das escolas públicas, palestras sobre os cursos de nível superior, inclusive os da Regional de Jataí, Universidade Federal de Goiás, na ânsia de trazer a universidade para a sua realidade diária e não como um sonho inatingível e demonstrando os meios para alcançar o objetivo e o depoimento dos próprios universitários de diferentes áreas do conhecimento. Um trabalho de âmbito social, educacional e voltado para o resgate da cidadania e dignidade das classes menos favorecidas.

Palavras-chave: Extensão universitária. Inclusão social. Cidadania.

Introdução

No Brasil, a extensão é um dos pilares do ensino superior, conjuntamente com o ensino e a pesquisa, conforme dispõe o artigo 207, *caput*, da Constituição Federal (PNE, 2011). Deve ser valorizada, portanto, por ser uma forma de interação entre a população e a universidade.

O termo *extensão* surge na legislação educacional brasileira em 1931, no primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, referindo-se ao oferecimento de cursos e conferências de caráter educacional, como "organismo da vida social da Universidade" (SOUSA, 2000, p. 16), e só ressurgiu no texto da Lei nº 5.540/68, tornando-a obrigatória em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil.

Para ser compreendido com mais profundidade, o papel da extensão universitária deve ser analisado à luz do papel da universidade. Hoje dentro das instituições de ensino

superior (IES), a formação do aluno é respaldada por um tripé: ensino, pesquisa e extensão. Quanto a isso, consideramos importante destacar dois compromissos que se diferenciam, mas também se articulam: produzir conhecimento por meio da intervenção. É missão da universidade produzir e difundir o conhecimento com objetivos mais ambiciosos do que os propostos para os níveis fundamental e médio.

Conforme Silva (2000, p. 43), esta difusão de conhecimento se organiza em duas etapas: "intramuros", operacionalizada através das atividades realizadas internamente nos ambientes universitários, portanto, principalmente através das ações de ensino; e "extramuros", direcionadas aos grupos que não pertencem aos corpos docente e discente da instituição universitária; portanto, através das ações de extensão.

A educação é uma importante ferramenta na formação de um País; com o intuito de estimular a busca do conhecimento, e despertar o interesse pela vida universitária dos alunos do ensino médio, buscamos a divulgação dos espaços físicos, laboratórios e instalações da universidade, juntamente com a descrição de atividades desenvolvidas na instituição e vinculadas ao curso em exposição. Entendemos que existem diversas outras dificuldades que o estudante pode encontrar ao ingressar na universidade, que vão desde condições financeiras para manter-se nos estudos, acessibilidade física, transporte público, até mesmo adaptação às rotinas e exigências acadêmicas, como as incertezas em relação à escolha do curso universitário (SERPA; SANTOS, 2001).

Conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988, artigo 205), “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” E de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Superior tem por finalidade: “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” (BRASIL, 1996, artigo 43, VI).

Há um enorme contingente de jovens que não tem oportunidade de educação, de cultura, de lazer e condições mínimas de moradia e de saúde. Nesse sentido, Zandoná et al (2010) afirmam que apesar de regulamentada em lei, a educação no Brasil não é atualmente um direito garantido a todos, e que os estudantes com fragilidade socioeconômica que conseguem ter acesso à universidade, ainda continuam enfrentando problemas para permanecer nela.

Neste projeto, denominado “*A universidade vai á escola*”, tivemos como objetivo geral, viabilizar a informação sobre cursos do nível superior àqueles que têm dificuldade em consegui-la, proporcionando aos alunos interessados em ingressar no ensino superior noções a respeito do que é uma universidade federal. Conjuntamente, promover o encontro de estudantes de ensino médio com acadêmicos do nível superior, para que estes descrevam os cursos da universidade e sua trajetória dentro do mesmo; trazer alunos de escolas públicas para a universidade através de palestras sobre os cursos de nível superior e as expectativas dos mesmos enquanto uma profissão a ser seguida; exercitar para os universitários as técnicas de apresentação; conhecer a realidade do município e região; despertar a importância de trabalhos voltados à sociedade e a responsabilidade social de cada um; integrar ensino, pesquisa e extensão na busca de alternativas; organizar, apoiar e acompanhar ações que visem a universidade como meta dos jovens; incentivar a produção cultural da comunidade acadêmica.

O projeto se justifica devido ao contingente presente nas escolas públicas, e por serem compostas, na maior parte, por crianças, jovens e adultos de classes populares, tanto de ensino médio quanto de ensino fundamental (ESTEBAN, 2007). Segundo Zago (2006), a falta de informação sobre as instituições de ensino superior aliado à falta de perspectiva e incentivo para os estudos, são os principais motivos para o seu abandono ou o não ingresso no ensino superior. Dessa forma, o conhecimento de formas de assistência estudantil é de extrema importância para a decisão dos alunos de ensino médio de escolas públicas em avançarem em seus estudos.

Sabe-se que, apenas uma minoria da população brasileira frequenta os bancos acadêmicos. Têm-se relatado diversos fatores que colaboram para a existência desse quadro. Um deles refere-se à falta de informação dos estudantes do ensino médio a respeito da existência de uma universidade pública, cuja gratuidade não se restringe somente às mensalidades, mas também à moradia e à alimentação dos acadêmicos com dificuldade para pagar uma faculdade particular.

A partir do momento que o estudante com fragilidade socioeconômica ingressa no ensino superior, inicia-se uma nova etapa em sua vida acadêmica, caracterizada por sua permanência na universidade até a conclusão do curso. E é neste sentido que a universidade assume um papel importante na consolidação das políticas de permanência, “gerando recursos e/ou projetos voltados para a criação e ampliação de programas focados em oferecer aos estudantes carentes a continuidade da sua graduação” (ZANDONÁ et al., 2010, p.25).

Entre os direitos da população brasileira, destacamos o direito da educação pública, gratuita e de qualidade para todos. O termo responsabilidade social vem sendo pronunciado há algum tempo por diversas organizações, movimentos sociais e também pela mídia, definido como forma de conduzir os negócios baseada no compromisso contínuo com a qualidade de vida atual e das gerações futuras, por meio de um comportamento ético, que contribua para o desenvolvimento econômico, social e ambiental (KRIGSNER, 2004).

Poucos são os que têm acesso direto aos conhecimentos gerados na universidade pública. A extensão universitária é um instrumento imprescindível, de apoio, favorecendo a democratização do acesso a esses conhecimentos, e compõe um dos fatores que vão redimensionar a função social da própria universidade, principalmente se for pública (MENDONÇA; SILVA, 2002).

A Universidade Federal de Goiás (UFG) tem por objetivos promover o ensino pesquisa e extensão colaborando com o poder público na solução de problemas nacionais objetivando o desenvolvimento do país. Para Teixeira, Castro e Piccolo (2007), o meio acadêmico pode surgir, assim, como um espaço privilegiado para se reestabelecer uma rede de relações afetivas e de apoio mais próxima e efetiva. Nesse sentido, alguns estudos têm demonstrado que o apoio dos colegas e a capacidade de estabelecer relações de amizade satisfatórias contribuem para o bem-estar psicológico e a integração ao ambiente acadêmico.

Com o sentimento de que existe uma distância entre as universidades públicas e o restante da rede de ensino público na região, e tendo em vista os argumentos anteriores apresentados, a justificativa da ação é a promoção uma atividade de extensão que leva informações da instituição aos mais diversos públicos. Os universitários entendem que a responsabilidade social compreende o fazer em atividade voluntária, contribuindo com o desenvolvimento dos membros da sociedade.

Para os ingressantes, a universidade traz uma oportunidade de um convívio em grupos, que podem favorecer a reflexão. Novamente podemos perceber a importância da reflexão em grupo para esses acadêmicos. Lane (1996) considera que individualmente as pessoas tendem a identificar seu problema como exclusivo, como uma necessidade particular.

Entretanto, ao se reunirem, percebem que os problemas, muitas vezes semelhantes, são decorrentes das próprias condições sociais de vida e que a organização coletiva, diferente da ação individual isolada, pode propiciar a resolução de problemas ou a satisfação de necessidades comuns (LANE, 1981). Deste modo, as pesquisas apontam que, essa

experiência, traz para a discussão o papel determinante do processo grupal para a superação do individualismo profundamente arraigado em nossa sociedade.

Por que ir para a universidade?

Percebe-se que ao mesmo tempo em que os estudantes são chamados pela universidade a assumir a responsabilidade pela sua formação, ter autonomia nos estudos, desenvolver um pensamento crítico, eles não encontram espaços nos quais suas necessidades e suas opiniões sejam ouvidas, ou ainda não se sentem no direito de ter necessidades e opiniões, e talvez por isso o verbo adaptar-se seja o mais utilizado entre eles.

Por outro lado, "a missão pública da educação superior é formar cidadãos profissional e cientificamente competentes, bem como comprometidos com o desenvolvimento social do país" (CALDERON, 2007, p. 58). E, dentre os caminhos que a universidade tem para desenvolver e oferecer uma formação mais completa aos seus estudantes, através da proposição de interlocução entre os saberes e a formação crítica de novos profissionais, estão os programas de extensão universitária, que se mostram bastante promissores, quando se desenvolvem como atos políticos, isto é, como ações que podem transformar determinada situação social.

Metodologia

Para atender às expectativas geradas pelos objetivos iniciais, dividimos nossas ações em etapas, a fim de melhor descrever a trajetória percorrida. Consideramos seis etapas em todo o processo que direcionaram as atividades realizadas.

Etapa I

Estruturação do projeto e formação da equipe de universitários de diferentes cursos. A proposta é que tivéssemos no mínimo dois representantes de cada curso. Determinamos como critérios de inclusão: disponibilidade das tardes ou manhãs livres (no mínimo uma vez por semana); interesse em produzir slides para palestras; disponibilidade de ser palestrante; assiduidade; compromisso com as ações do projeto. Fizemos visitas às escolas públicas para apresentação do projeto e estabelecemos um cronograma.

Etapa II

Criação e execução de um projeto piloto, para testar os possíveis ajustes que teríamos que organizar, e também para que os universitários conseguissem vivenciar a proposta de forma prática. O papel do educador torna-se indispensável neste processo. Demo (1995) descreve as competências inerentes a esse educador, destacando a aptidão para fazer críticas e refazer práticas, subsidiando-se na teoria, seja para manter a integração entre teoria e prática, seja para manter o caráter de inovação das práticas ou mesmo superá-las, tornando-se ser que rejeita a condição de objeto ou de figurante da história, e se define como alguém que faz a oportunidade histórica.

Dividiu-se os alunos em grupos de até três componentes, de acordo com a disponibilidade, e para abranger todas as escolas da região selecionada, a metodologia empregada foi a de palestras expositivas de até vinte minutos e rodas de conversa. Para as exposições orais sobre a universidade, utilizou-se de recurso audiovisual, com equipamento para exibição (retroprojeter, data-show), e com distribuição de folders ou outros materiais informativos da UFG.

Para termos um *feed back* dos alunos e da equipe que compunha o projeto, ao final, havia interação, com perguntas dos alunos e respostas dos universitários, bem como foi criado um questionário de avaliação.

Etapa III

Viabilização, aos alunos do ensino médio, de uma visita ao ambiente da universidade. Divulgação dos projetos que a universidade executa nos seus cursos de graduação, estabelecendo uma *ponte* na divulgação de ações e informações da UFG.

Etapa IV

Divulgação por meio de sites e redes sociais, criação de um blog pelos universitários do projeto.

Etapa V

Avaliação do projeto pelos universitários, por meio dos instrumentos elaborados, e avaliação da ação pelos alunos e professores do ensino médio.

Avaliar é uma ação que deve estar sempre em processo de transformação – nunca estará suficiente, terminada – e que deve se colocar à busca pela continuidade e melhoria daquilo que se avalia, bem como dos próprios processos, procedimentos e instrumentos nela utilizados. Uma avaliação geralmente tem caráter transformador, porque afeta a vida das pessoas envolvidas, produz efeitos sobre elas, devendo ser importante instrumento para mover a tomada de decisões diante dos resultados obtidos.

A extensão universitária tem o compromisso, por um lado, com a universidade e com os alunos que nela se formam; e por outro, com os grupos sociais a quem se dirige e, portanto, com a sociedade em geral. Desse duplo compromisso derivam algumas exigências para a construção de uma extensão universitária com qualidade.

Etapa VI

Cumprindo as normas da instituição federal de ensino (IFES) o projeto está registrado no Sistema de Informação de Extensão e Cultura (Siec) da UFG sob o número CISAU JAT 55.

No período de outubro a dezembro de 2016, a equipe está responsável por providenciar os relatórios finais, analisar os dados e emitir os certificados. Por meio da tabulação e interpretação dos dados obtidos, serão reestruturadas as atividades, bem como será analisado o possível recadastramento ou não do projeto.

Resultados Parciais

O projeto piloto foi executado por três meses, de outubro a dezembro de 2015. E os resultados positivos obtidos serviram de incentivo para a realização no semestre subsequente. A escola anfitriã pertence á rede estadual de educação e oferece as séries finais do ensino fundamental, o ensino médio integral e a educação de jovens e adultos – supletivo. No ensino médio conta com três turmas, de 1º a 3º ano, e trabalhamos apenas com os alunos do 3º ano do ensino médio integral.

O projeto piloto foi realizado por meio das apresentações no formato de palestras expositivas, com duração média de vinte minutos e com cinco minutos, aproximadamente, para arguições. No entanto, após ouvir os alunos e analisar o rendimento do grupo, decidimos por mudar a estratégia para *rodas de conversa*, que surtiu um melhor efeito.

Entendemos que roda de conversa é uma forma de produzir dados em que o pesquisador se insere como sujeito da pesquisa pela participação na conversa e, ao mesmo tempo, produzindo dados para discussão. Torna-se um instrumento que permite a partilha de experiências e o desenvolvimento de reflexões sobre as práticas educativas dos sujeitos, em um processo mediado pela interação com os pares, por meio de diálogos internos e no silêncio observador e reflexivo (MOURA; LIMA, 2014).

A UFG regional de Jataí tem 25 cursos e conseguimos levar à escola pelo menos um acadêmico de cada curso para expor especificamente sobre seu curso de formação, exceto dos cursos de Geografia e Direito, mas subdividimos a tarefa entre os integrantes do projeto e com a chegada do *Espaço das Profissões* na Regional Jataí, os cursos que faltaram para concluir foram contemplados. O referido projeto dará continuidade às suas ações durante todo o ano letivo de 2016, concluindo a proposta por meio de desenvolvimento do projeto em outras instituições públicas de ensino no município de Jataí.

Algumas Considerações

Além de visitar as escolas e iniciar as palestras para alunos do ensino médio a respeito dos cursos disponíveis nas universidades, principalmente os do âmbito da UFG, os acadêmicos tiveram, desde o início dos trabalhos, contato direto com os representantes das coordenações de curso e das escolas, para obter todas as informações necessárias para o desenvolvimento das palestras. Esse contato contribui com a consolidação e produção de novos conhecimentos e possíveis soluções para os impasses enfrentados.

Durante as atividades desenvolvidas ficou claro o interesse dos alunos do ensino médio em conhecer o espaço físico da instituição divulgada. Diante disso, reforçamos o convite para a participação no espaço das profissões, informamos à escola a existência de diversos projetos de extensão existentes no âmbito da UFG que são voltados à comunidade, mencionamos a possibilidade de algumas atividades extras que podem ser incluídas, se solicitadas, como por exemplo, a visita por parte dos estudantes do ensino médio e/ou vivência nas atividades do seu curso de interesse.

Ao final de cada rodada os grupos avaliavam as atividades. A maioria dos alunos do ensino médio relatou que já tinham recebido orientação sobre cursos do ensino superior e que as informações dos universitários foram estimulantes para os cursos informados nas palestras. Os recursos adotados foram satisfatórios, na opinião dos sujeitos, sendo considerados estimulantes.

A equipe executora do projeto concorda que as metas estabelecidas na fase de planejamento foram cumpridas (50%) e o projeto teve impacto positivo em sua vida acadêmica.

Na avaliação realizada pelos professores da escola, todos concordaram que o projeto foi bem estruturado, interessante, estimulante e de relevância para os alunos.

Importante pontuar os caminhos (e descaminhos) que a experiência nos proporcionou, dentre eles o acolhimento dos alunos e o projeto de participarem de uma formação superior. Escutamos sempre o discurso de que a juventude está desinteressada pela educação, mas fomos acolhidos por profissionais e alunos comprometidos com o ensino, interessados em dar continuidade aos estudos e ávidos a ingressarem na universidade. Esperamos que nossa ação sirva de incentivo para os alunos buscarem a universidade e, ao mesmo tempo, que estimule os acadêmicos a refletirem sobre o importante papel que desempenham frente à sociedade.

Cabe a nós analisar a cidadania pela ótica aristotélica, que foi o pensador que melhor sistematizou a cidadania, como expõe Carvalho (2002), pois debruçou-se sobre questões que procuram diminuir a desigualdade em prol da proporcionalidade. Pode-se afirmar que este projeto traz elementos aos estudantes em formação, prestes a ingressar o ambiente universitário, que resgatam sua consciência de acesso e permanência no ensino superior e, conseqüentemente, defendem os princípios de cidadania e inclusão social.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Presidência da República, Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Ministério da Educação e Cultura, 1996.

CALDERÓN, A. I. et al. **Educação superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares**. São Paulo: Xamã, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DEMO, Pedro. **ABC: iniciação à competência reconstrutiva do professor básico**. Campinas: Papyrus, 1995.

ESTEBAN, M. T. Educação popular: desafios à democratização da escola pública. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 27, n. 71, p. 9-17, 2007.

ZANDONÁ, N. L. F. et al. **Um estudo sobre narrativas de jovens de origem popular na universidade**. Coleção Grandes Temas: Programa Conexões e Saberes. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão UFRJ, 2010.

KRIGSNER, M. O que é responsabilidade social? **Fae Business**, Curitiba, n. 9, p. 8-10, 2004.

LANE, S. T. M. **Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil**. In: R. H. F. Campos (Ed.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. Vol. 39. Primeiros Passos. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.

MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, P. S. Extensão universitária: uma nova relação com a administração pública. **Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras**. São Paulo, v. 3, p. 29-44, 2002.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014.

PNE. Plano Nacional de Extensão Universitária, página da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Disponível em: http://uenf.br/reitoria/extensao/?modelo=1&cod_pag=598&tabela=&np=Plano+Nacional+de+Extens%25E3o&nc=Principal&busca=Edicao=&grupo=PROEX. Acesso em: 6 jul. 2016.

SERPA, M. N. F., SANTOS, A. A. A. Atuação no ensino superior: um novo campo para o psicólogo escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 5, n. 1, p. 27-36, 2001.

SILVA, P. B. A dimensão da extensão nas relações com o ensino e a pesquisa. In: ARAGÃO, R.; SANTOS NETO, E. dos; SILVA, P. B. da. **Tratando da indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão**. São Bernardo do Campo: UESP, 2000.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000.

TEIXEIRA, M. A. P.; CASTRO, G. D.; PICCOLO, L. R. Adaptação à universidade em estudantes universitários: um estudo correlacional. **Interação em Psicologia**, v. 11, n. 2, p. 211-220, 2007.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p.226-237, maio/ago. 2006.